

**CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

**QUESTÕES DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

**Questão 01**

Conforme a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica pela prática de atos contra a administração pública cabe:

- a) À autoridade Competente da licitação
- b) Ao Pregoeiro
- c) À Comissão de licitação
- d) À Autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário
- e) A uma Comissão especial de inquérito administrativo, nomeada conforme a Lei nº 12.527

**Questão 02**

A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações de interesse público previsto nos artigos 37 e 216 da Constituição Federal. Em caso de solicitação de informações, todas as alternativas abaixo são corretas, EXCETO:

- a) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações
- b) São vedadas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações
- c) O órgão poderá apresentar recusa para o acesso pretendido, desde que fundamentada
- d) Informação armazenada em formato digital será fornecida exclusivamente em meio impresso
- e) O órgão público deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível

**Questão 03**

A Lei 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece a composição da dívida flutuante e da dívida fundada. Com relação à dívida flutuante, esta compreende todos os itens abaixo, EXCETO:

- a) Os restos a pagar
- b) Os serviços da dívida a pagar
- c) Os depósitos
- d) Os débitos de tesouraria
- e) Os compromissos de exigibilidade superior a 12 meses

**Questão 04**

A NBC-T 16.8 trata especificamente sobre a temática de Controle Interno. Assinale a alternativa dentre as listadas abaixo que NÃO corresponde à avaliação de risco em conformidade com a referida norma:

- a) a avaliação da probabilidade de sua ocorrência
- b) a competência do fato ocorrido
- c) a forma como serão gerenciados
- d) a definição das ações a serem implementadas para prevenir riscos
- e) a resposta ao risco, indicando a decisão gerencial para mitigar os riscos

**CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

---

**Questão 05**

O Capítulo II da Constituição Federal de 1988 trata das Finanças Públicas. Com base no texto constitucional, todos os itens abaixo caberão à Lei complementar, EXCETO:

- a) Dispor sobre o exercício financeiro
- b) Dispor sobre a vigência e os prazos
- c) Dispor sobre a elaboração e a organização do plano plurianual
- d) Dispor sobre a Lei de diretrizes orçamentárias e a Lei orçamentária anual
- e) Estabelecer normas de gestão financeira somente da administração

**Questão 06**

A Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para:

- a) A responsabilidade na gestão fiscal
- b) A responsabilidade na gestão financeira
- c) A responsabilidade na gestão econômica
- d) A responsabilidade na gestão tributária
- e) A responsabilidade na gestão orçamentária

**Questão 07**

A Lei cuja função é estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, abrangendo um período de quatro anos, é denominada:

- a) Plano Plurianual – PPA
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
- c) Lei Orçamentária Anual – LOA
- d) Plano de Metas do Município - PMM
- e) Planejamento Estratégico Municipal - PEM

**Questão 08**

Analise os itens abaixo, a respeito do Plano Plurianual (PPA), indicando com (V) as afirmações verdadeiras e com (F) as falsas. A seguir, assinale a alternativa que contém a sequência correta:

- ( ) O Plano Plurianual tem vigência circunscrita a um mandato, vigorando por quatro anos consecutivos
- ( ) A responsabilidade pelo PPA é compartilhada entre os poderes executivo e legislativo, em todas as esferas de governo, já que o primeiro elabora e o segundo aprova tal instrumento de planejamento
- ( ) Embora seja elemento apresentado na Constituição Federal de 1988, o PPA guarda estreita relação com as Previsões Plurienais previstas na Lei 4.320/1964
- ( ) Dentre outras informações, o PPA deve conter também Anexo de Metas Fiscais e Anexo de Riscos Fiscais, de forma a permitir o adequado acompanhamento ao longo de sua vigência

A alternativa que contém a sequência correta é:

- a) V, V, F, F
- b) V, F, V, V
- c) F, V, F, V
- d) V, V, V, F
- e) V, F, V, F

**CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

---

**Questão 09**

**Uma licitação para aquisição de bens e/ou serviços pelos órgãos públicos pode ser dispensada, dispensável ou ainda inexigível. A esse respeito, à luz da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, é incorreto afirmar que:**

- a) A Licitação é inexigível nos casos de inviabilidade de competição, apresentando a Legislação um rol exemplificativo de situações que levam à inexigibilidade
- b) Pode ser dispensada a licitação, nos casos de emergência ou calamidade pública, independentemente do valor previsto para aquisição, mesmo para garantir a segurança de bens particulares
- c) A contratação de instituição brasileira de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional pode ser feita por meio de dispensa de licitação, independentemente do valor previsto para aquisição, desde que a referida instituição detenha inquestionável reputação ético-profissional
- d) É considerada inexigível a licitação para contratar profissional de qualquer setor artístico, desde que o contratado seja inequivocamente consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública
- e) É dispensada a licitação no caso de permuta de imóveis para atender a finalidades precípuas da administração, observado, entre outras condicionalidades, a prévia autorização legislativa

**Questão 10**

**A Lei 8666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Tendo por base a referida Lei, é INCORRETO afirmar que:**

- a) A Licitação deve ser realizada como mecanismo para escolher a melhor proposta para a administração pública, o que nem sempre equivale a escolher a proposta de preço inferior
- b) As modalidades de licitação previstas na forma da Lei 8.666/1993 são: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão
- c) Microempresas terão assegurada a preferência de fornecimento aos entes públicos, ainda que tenham apresentado proposta de preço até 5% superior à proposta de preço mais bem classificada, na realização de pregão
- d) Nas licitações, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas somente será exigida para efeito de assinatura do contrato
- e) A Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinando exclusivamente a participação de microempresas

**Questão 11**

**A Lei 12.846, de 1 de agosto de 2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, trata diretamente da conduta:**

- a) dos gestores Públicos
- b) do Pregoeiro
- c) dos Corruptores
- d) dos Agentes Públicos
- e) da Comissão de Licitação

**Questão 12**

**Analisar as alternativas abaixo, com relação às atribuições do Tribunal de Contas, e assinar a correta:**

- a) O TC poderá se recusar a prestar informações solicitadas por comissão temporária do Poder Legislativo
- b) Denúncias feitas por entidades do setor privado somente serão recebidas pelo TC depois de processadas pelo sistema de controle interno
- c) Se o TC decidir, em caráter definitivo, pela imputação de multa a determinado gestor, o débito decorrente da decisão terá presunção de liquidez e certeza
- d) Os Tribunais de Contas e os respectivos Poderes Legislativos têm as mesmas competências de fiscalização e controle, embora aqueles sejam órgãos auxiliares destes
- e) Cabe ao Tribunal de Contas da União aprovar decisão da Comissão Mista de Orçamentos do Congresso Nacional a respeito da sustação imediata de atos com indícios de despesas não autorizadas

**CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

---

**Questão 13**

A Constituição Estadual e a Lei Complementar 113, de 15 de dezembro de 2005, estabelecem a competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE). Assinale a alternativa abaixo que constitui competência do Tribunal de Contas, à luz da legislação citada:

- a) julgar as contas dos chefes dos órgãos do Poder Legislativo estadual e municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público e deste Tribunal
- b) emitir parecer final sobre a proposta orçamentária, por solicitação da Assembleia Legislativa, nos termos do § 8º, do art. 135, da Constituição Estadual
- c) efetuar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios, dando ciência à Assembleia Legislativa
- d) Fiscalizar contas das empresas que executarem serviços sob contratação dos órgãos públicos municipais e/ou estaduais
- e) encaminhar processo ao órgão competente para que este julgue os recursos interpostos contra as decisões do TCE

**Questão 14**

Com relação a sua natureza, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná é um:

- a) Órgão legislativo de controle externo
- b) Órgão jurídico de controle externo
- c) Órgão de apoio de controle externo
- d) Órgão constitucional de controle externo
- e) Órgão regulamentador de controle externo

**Questão 15**

São requisitos ou elementos de um Ato Administrativo:

- a) Sujeito competente, Forma, Finalidade, Motivo e Objeto
- b) Publicidade, Forma, Finalidade, Motivo e regra
- c) Sujeito competente, Forma, Regulamentação, Motivo, Objeto
- d) Parecer jurídico, Forma, Regulamentação, Motivo, Objeto
- e) Publicidade, Parecer Jurídico, Forma e regulamentação

**Questão 16**

Todas as alternativas abaixo representam Comissões Permanentes Câmara Municipal de Quinta do Sol, nos termos do seu Regimento Interno, EXCETO:

- a) Comissão de Legislação e Redação
- b) Comissão da Organização do Município e da Organização dos Poderes
- c) Comissão das Administração Tributária Financeira, Orçamentária e da Administração Pública
- d) Comissão da Ordem Econômica e Social
- e) Comissão de Fiscalização e Controle Orçamentário

**CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

---

**Questão 17**

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Quinta do Sol, cabe à Comissão da Organização do Município e dos Poderes emitir parecer sobre o seguinte tema:

- a) Soberania Popular
- b) Inquéritos Administrativos
- c) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
- d) Venda de bens móveis e imóveis do Município
- e) Concursos Públicos

**Questão 18**

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Quinta do Sol estabelece tanto Comissões Permanentes quanto Comissões Temporárias. As Comissões Temporárias do Legislativo de Quinta do Sol são:

- a) Especiais; de Inquérito; e de Representação
- b) Legislativa; Especiais e de Inquérito
- c) Especiais; Administrativas e de Representação
- d) Administrativas; de Inquérito; e de Representação
- e) Financeira; Administrativa e Legislativa

**Questão 19**

Será constituída Comissão Representativa da Câmara Municipal nos períodos que coincidirem com:

- a) Visitas de Presidente e Governador
- b) Realização de eventos culturais e artísticos que demandem a representação do Legislativo
- c) O recesso do Legislativo Municipal
- d) Tramitação de processo de impedimento do Prefeito
- e) Votação de processo de impedimento de um Vereador

**Questão 20**

Com relação ao interstício entre turnos, conforme o Regimento Interno da Câmara, é CORRETO afirmar que:

- a) O interstício mínimo entre os turnos, ressalvada a hipótese de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, é de vinte e quatro horas
- b) O interstício mínimo entre os turnos, ressalvada a hipótese de proposta de emenda ao Plano Plurianual do Município, é de quarenta e oito horas
- c) O interstício mínimo entre os turnos será sempre de vinte e quatro horas, independentemente da matéria a ser apreciada
- d) O interstício mínimo entre os turnos será sempre de quarenta e oito horas, exceto no período de recesso legislativo
- e) O interstício mínimo entre os turnos deverá respeitar o mínimo de 6 horas após o término do turno anterior

**CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

---

**Questão 21**

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 37 os princípios da Administração Pública. Os referidos princípios abrangem, dentre outros, os princípios de:

- a) Impessoalidade, Entidade, Publicidade e Eficiência
- b) Legalidade, Competência, Entidade e Eficiência
- c) Prudência, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência
- d) Legalidade, Moralidade, Publicidade e Oportunidade
- e) Legalidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência

**Questão 22**

Analise as descrições de Princípios da Administração Pública abaixo e assinale a alternativa que corresponde aos Princípios descritos.

- I. O servidor público só pode fazer o que a Lei o autorizar, ou seja, se não houver previsão legal, o ato não deve ser executado, sob pena de responsabilização.
- II. Além de agir dentro da Lei, o servidor público e o agente político devem seguir padrões éticos esperados. Por isso, ainda que a Lei permita um ato, o mesmo pode não ser moralmente aceitável.
- III. Ainda que as entidades públicas não visem lucro, estas devem se preocupar em ofertar bens e serviços públicos com a melhor relação custo-benefício possível.

As afirmações I, II e III correspondem, respectivamente, aos seguintes Princípios:

- a) Legalidade, Moralidade e Eficiência
- b) Publicidade, Impessoalidade e Moralidade
- c) Eficiência, Legalidade e Moralidade
- d) Publicidade, Moralidade e Impessoalidade
- e) Legalidade, Impessoalidade e Eficiência

**Questão 23**

A Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município tratam sobre o Plano Plurianual - PPA. Avalie a veracidade das afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O Plano Plurianual é proposto por Lei específica que pode ser de iniciativa tanto do poder executivo quanto do poder legislativo.
- II. O Plano Plurianual compreenderá, dentre outros itens, as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal para um quadriênio.
- III. O Plano Plurianual tem vigência de quatro anos, contados desde o segundo ano do mandato presente até o primeiro ano do mandato subsequente.

A alternativa correta é:

- a) Todas as afirmações são falsas
- b) Todas as afirmações são verdadeiras
- c) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras
- d) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras
- e) Apenas as afirmações I e II são falsas

**CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

---

**Questão 24**

**Em relação ao processo orçamentário que compreende o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), à luz da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e/ou do Regimento Interno da Câmara, é CORRETO afirmar que:**

- a) Incluirá o orçamento fiscal do poder executivo, legislativo municipais, bem como de suas fundações
- b) Poderá conter dispositivos adicionais, não relacionados à previsão da receita e à fixação da despesa
- c) A Câmara criará três comissões especiais que apreciarão, respectivamente, PPA, LDO e LOA
- d) Qualquer cidadão pode fazer emendas ao PPA, sem indicar a origem dos recursos necessários
- e) A LOA não poderá tratar do orçamento de fundos e entidades da administração indireta municipal

**Questão 25**

**Considere as três afirmações abaixo, relacionadas ao processo orçamentário das entidades públicas, e a seguir assinale a alternativa correta.**

- I. Compreenderá investimentos e gastos relacionados à execução de programas de duração continuada.**
- II. Apresentará orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital votante.**
- III. Apresentará as normas para a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício subsequente.**

**As afirmações acima correspondem, respectivamente, às seguintes leis:**

- a) LDO, LOA e PPA
- b) PPA, LDO e LOA
- c) PPA, LOA e LDO
- d) LOA, LDO e PPA
- e) LOA, PPA e LDO

**Questão 26**

**O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (orçamentário, patrimonial e fiscal), de modo a interpretar corretamente as informações contábeis. Em relação ao Aspecto Fiscal, é INCORRETO afirmar que:**

- a) Compreende a apuração e evidenciação dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal
- b) Dentre os indicadores a evidenciar, se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada
- c) O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto
- d) Dentre outras, uma das principais finalidades dos relatórios fiscais consiste em analisar opções de política fiscal, definir essas políticas e avaliar os seus impactos
- e) Dentre outras, uma das principais finalidades dos relatórios fiscais consiste em determinar o impacto sobre a economia

**CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

**Questão 27**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), publicado pelo Tesouro Nacional e aplicado à União, aos Estados e aos Municípios, apresenta os aspectos Orçamentário, Patrimonial e Fiscal da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Em relação a tais aspectos, considere as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta a seguir.

- I. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representa um dos principais instrumentos para refletir tanto o aspecto orçamentário quanto o aspecto fiscal.
- II. O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (CASP) visa a contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento do aspecto patrimonial.
- III. O aspecto fiscal compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público.

A alternativa correta é:

- a) Todas as afirmações são falsas
- b) Todas as afirmações são verdadeiras
- c) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras
- d) Apenas as afirmações II e III são verdadeiras
- e) Apenas as afirmações I e II são falsas

**Questão 28**

O processo orçamentário compreende o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Avalie as alternativas abaixo, relacionadas ao processo orçamentário, e assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Todas as leis que compõem o processo orçamentário possuem alcance de um exercício financeiro, devendo ser aprovadas no exercício financeiro precedente
- b) O PPA serve de balizador para a elaboração da LDO. Esta, por sua vez, é insumo para orientar a elaboração da LOA. Portanto, as três leis não poderão ser conflitantes entre si
- c) A LDO compreenderá, dentre outros itens, a autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, bem como a admissão de pessoal do poder público
- d) A elaboração do PPA, da LDO e da LOA é prerrogativa do poder executivo. No entanto, o poder legislativo poderá propor emendas a essas leis, observadas regras específicas
- e) As emendas ao projeto de Lei do orçamento anual somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e a LDO e indiquem a origem dos recursos necessários à sua execução

**Questão 29**

Avalie as afirmações abaixo, relacionadas ao processo orçamentário municipal, e assinale a alternativa correta a seguir.

- I. Durante o primeiro ano de mandato, o Prefeito irá concluir a realização do PPA elaborado pelo seu sucessor.
- II. A Lei Orçamentária Anual para o ano subsequente deve ser apreciada pela Câmara Municipal até o final do primeiro semestre.
- III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano subsequente deve ser apreciada pela Câmara Municipal até o final do primeiro semestre.

A alternativa correta é:

- a) Todas as afirmações são falsas
- b) Todas as afirmações são verdadeiras
- c) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras
- d) Apenas as afirmações II e III são falsas
- e) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras

**CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2018**  
**PROVA PARA O CARGO DE CONTROLADOR INTERNO**

---

**Questão 30**

**Avalie as alternativas abaixo, relacionadas aos princípios da administração pública, e assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Na gestão de empresas privadas é lícito fazer tudo aquilo que não é proibido pela lei; já na Administração Pública, só é lícito fazer o que a Lei autoriza
- b) A publicidade abrange toda a ação estatal, tanto sob o aspecto de divulgação oficial dos atos quanto de divulgação da conduta interna de seus agentes
- c) O princípio da impessoalidade conflita diretamente com a nomeação de amigos ou parentes para cargos públicos, sem que estes tenham conhecimento técnico para a função
- d) O Princípio da Eficiência pressupõe que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional
- e) A publicidade dos atos administrativos da administração pública alcança todos os atos, mesmo nos casos de segurança nacional ou de investigações policiais